contra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

Onde se lê «Cap. 13, div. 01, C. F. 1.02.0» deve ler-se «Cap. 13, div. 01, C. F. 1.01.0» e onde se lê «Cap. 14, div. 03, subdiv. 01» deve ler-se «Cap. 14, div. 02, subdiv. 01».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 25 de Agosto de 1989. — Pelo Secretário-Geral, o Director dos Serviços Administrativos, *José Serra*.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que o Decreto-Lei n.º 196/89, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 134, de 14 de Junho de 1989, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No artigo 25.º, onde se lê «manchas de estrutura complexa compostas por solos das classes A e B» deve ler-se «manchas de estrutura complexa que incluam solos das classes A ou B».

No artigo 28.º, onde se lê «ou por cartas de capacidade de uso dos solos nem se encontrem nas situações previstas no artigo 7.º» deve ler-se «ou por cartas de capacidade de uso dos solos cuja aplicabilidade tenha sido determinada nos termos do n.º 1 do artigo 24.º, nem se encontrem nas situações previstas no artigo 7.º».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 9 de Agosto de 1989. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que o Decreto-Lei n.º 225/89, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 153, de 6 de Julho de 1989, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

Na última linha do quarto parágrafo do preâmbulo, onde se lê «cessação convencional ou fusão» deve ler-se «cessão convencional ou fusão».

No artigo 28.º, alínea d), onde se lê «Títulos emitidos ou detidos pelas partes do acordo previsto no artigo 6.º ou por sociedades por estes denominadas,» deve ler-se «Títulos emitidos ou detidos pelas partes do acordo previsto no artigo 6.º ou por sociedades por estas dominadas,».

No artigo 28.º, alínea e), onde se lê «Imóveis utilizados pelas partes do acordo previsto no artigo 6.º ou por sociedades por estas denominadas» deve ler-se «Imóveis utilizados pelas partes do acordo previsto no artigo 6.º ou por sociedades por estas dominadas».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 10 de Agosto de 1989. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que o Decreto-Lei n.º 195/89 e o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, em anexo, publicados no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 133, de 12 de Junho de 1989, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saíram com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No artigo 1.º, na parte referente à nova redacção do n.º 1 do artigo 2.º, é anulada a alínea b), pelo que passa a constar como segundo parágrafo do referido artigo.

No mesmo artigo, a alínea c) passa a ler-se alínea b), assim como a alínea d) passa a alínea c).

No Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, no artigo 2.º, n.º 1, onde se lê:

São sujeitos passivos do imposto:

- a) As pessoas singulares ou colectivas que, de um modo independente e com carácter de habitualidade, exerçam actividades de produção, comércio ou prestação de serviços, incluindo as actividades extractivas, agrícolas e as das profissões livres e bem assim as que, do mesmo modo independente, praticem uma só operação tributável, desde que essa operação seja conexa com o exercício das referidas actividades, onde quer que este ocorra, ou quando, independentemente dessa conexão, tal operação preencha os pressupostos da incidência real de IRS e de IRC;
- b) As pessoas singulares ou colectivas referidas nesta alínea serão também sujeitos passivos de imposto pela aquisição de qualquer dos serviços indicados no n.º 6 do artigo 6.º, nas condições nele previstas;
- c) As pessoas singulares ou colectivas que, segundo a legislação aduaneira, realizem importações de bens;
- d) As pessoas singulares ou colectivas que, em factura ou documento equivalente, mencionem indevidamente IVA.

deve ler-se:

São sujeitos passivos do imposto:

- a) As pessoas singulares ou colectivas que, de um modo independente e com carácter de habitualidade, exerçam actividades de produção, comércio ou prestação de serviços, incluindo as actividades extractivas, agrícolas e as das profissões livres e bem assim as que, do mesmo modo independente, praticem uma só operação tributável, desde que essa operação seja conexa com o exercício das referidas actividades, onde quer que este ocorra, ou quando, independentemente dessa conexão, tal operação preencha os pressupostos da incidência real de IRS e de IRC. As pessoas singulares ou colectivas referidas nesta alínea serão

também sujeitos passivos de imposto pela aquisição de qualquer dos serviços indicados no n.º 6 do artigo 6.º, nas condições nele previstas;

- b) As pessoas singulares ou colectivas que, segundo a legislação aduaneira, realizem importações de bens;
- c) As pessoas singulares ou colectivas que, em factura ou documento equivalente, mencionem indevidamente IVA.

No artigo 9.º, n.º 1, alínea b), onde se lê «tradutor-intérprete» deve ler-se «tradutor, intérprete».

No artigo 9.º, n.º 16, alínea b), onde se lê «mushall» deve ler-se «music-hall».

No artigo 15.º, n.º 1, alínea b), onde se lê «na alínea c) do n.º 4 do artigo 13.º» deve ler-se «na alínea d) do n.º 4 do artigo 13.º».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 2 de Agosto de 1989. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

Declaração

Segundo comunicação da 12.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública junto do Ministério da Saúde, a declaração de transferência de verbas publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 174, de 31 de Julho de 1989, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

Onde se lê «Capítulo 01» deve ler-se «Capítulo 02».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 9 de Agosto de 1989. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

Declaração

Segundo comunicação do Ministério da Saúde, a Portaria n.º 562/89, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 165, de 20 de Julho de 1989, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No primeiro parágrafo, 7.ª linha, onde se lê «n.º 87/22/CEE, de 22 de Dezembro de 1986» deve ler-se «n.º 87/20/CEE, de 22 de Dezembro de 1986».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 9 de Agosto de 1989. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

Declaração

Segundo comunicação do Gabinete do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, o Decreto Legislativo Regional n.º 5/89/A, publicado no

Diário da República, 1.ª série, n.º 155, de 8 de Julho de 1989, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No terceiro parágrafo, na 1.ª linha, onde se lê «Daí que se encare a saída» deve ler-se «Daí que se encerre a saída».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 8 de Agosto de 1989. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

Declaração

Segundo comunicação da 11.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública junto do Ministério da Educação, a declaração de transferências de verbas publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 164, de 19 de Julho de 1989, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

Onde se lê «Cap. 01, div. 03, subdiv. —» deve ler-se «Cap. 01, div. 03, subdiv. 01».

No cap. 02, div. 03, C. F. 3.02.0, C. E. 02.03.07, onde se lê «Alínea — — Outras despesas» deve ler-se «Alínea B — Outras despesas» e onde se lê «Cap. 03, div. 13, subdiv. —» deve ler-se «Cap. 03, div. 13, subdiv. 03».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 7 de Agosto de 1989. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

Declaração

Segundo comunicação da 3.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública junto do Ministério das Finanças, a declaração de transferências de verbas publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 175, de 1 de Agosto de 1989, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

Onde se lê «Cap. 01, div. 01, subdiv. 01 — C. E. 07.09.00 — Investimentos» deve ler-se «Cap. 01, div. 01, subdiv. 01 — C. E. 07.01.00 — Investimentos».

Onde se lê «Cap. 08, div. 02 — C. E. 01.03.08 — A — Classes inactivas (PSP, GNR e GF) [na coluna das anulações] — 8211» deve ler-se «Cap. 08, div. 02 — C. E. 01.03.08 — A — Classes inactivas (PSP, GNR e GF) [na coluna das anulações] — 6211».

Onde se lê «Cap. 16, div. 03, subdiv. 01 — C. E. 01.03.08 — Outras despesas de segurança social [na coluna dos reforços] — 8211» deve ler-se «Cap. 16, div. 03, subdiv. 01 — C. E. 01.03.08 — Outras despesas de segurança social [na coluna dos reforços] — 6211».

Na soma total da coluna dos reforços e na soma total da coluna das anulações, onde se lê: «1 613 868» deve ler-se «1 611 868».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 10 de Agosto de 1989. — O Secretário-Geral, *França Martins*.